

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 621/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade, a partir de 15.2.2019, ao servidor Luiz Fernando Koyanagi, ocupante do cargo efetivo de Analista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 622/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a progressão funcional ao servidor Luiz Fernando Koyanagi, ocupante do cargo efetivo de Analista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a partir de 15.2.2019, para a Classe C, Padrão 2, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 601/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor José Tadeu Pereira da Anunciação Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Inteligência, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 1º.3.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 602/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Cassius Marcelus da Cruz Bandeira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 8.2.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 603/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso III, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Convocar os servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista, área de atividade Psicologia, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para participarem do V Encontro de Trabalho de Psicologia do Ministério Público, a ser realizado no dia 22 de março de 2019, das 8h às 17h, na sala de reunião da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande/MS, sendo que o servidor que precisar se deslocar de sua comarca receberá o valor correspondente a uma diária e meia para ajuda de custo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 604/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 12 a 21.2.2019, em razão de férias, no dia 22.2 e no período de 25.2 a 1º.3.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da servidora Handreza Oviedo Alves Martins.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 605/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Vagner Marques Mercadante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 11 a 20.3.2019, em razão de férias do servidor Fábio Maick da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 606/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fábio Maick da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais, CIP, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20.2 a 1º.3.2019, em razão de férias, e nos dias 7 e 8.3.2019, em razão de licença compensatória referente a abono por doação de sangue do servidor Ezequiel Joaquim da Costa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 619/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Fernando Claudy Taveira, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 27.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 620/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8 a 22.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 624/2019-PGJ, DE 20.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos, no período de 18 a 20.2.2019, em razão de afastamento para realização de curso e licença compensatória referente a banco de horas da titular, Djene de Souza.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 002/2019-CGMP/CAOCRIM, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Dispõe sobre o fomento da cientificação da(o) vítima/ofendido acerca do oferecimento da denúncia e da sentença judicial como praxe processual, tal qual estabelecido no Plano Geral de Atuação para o ano de 2019, na iniciativa estratégica 2 do objetivo 1 na seara criminal.

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio de seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, embasado nos arts. 16, *caput*, e 18, X, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e no art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS E DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, por intermédio de sua Coordenadora, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 37 da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e na Resolução nº 017/2012-PGJ, de 3 de maio de 2012,

CONSIDERANDO a instauração, no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público, do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000495-9;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é o titular da ação penal, conforme o art. 129 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a reforma da legislação processual penal realizada no ano de 2008, em especial por intermédio das Leis nº 11.690, de 9 de junho, e nº 11.719, de 20 de junho, colocou a figura do ofendido em posição de destaque, sendo dever do Ministério Público velar para que a vítima dos crimes denunciados seja tratada com respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que é preciso evitar a vitimização secundária, entendida como *o conjunto de circunstâncias e eventos que, ocorrendo após o crime (vitimização primária), prolongam ou agravam as consequências suportadas pela vítima*¹, entre os quais pode ser inserido o desconhecimento acerca da existência de processo em desfavor do ofensor;

CONSIDERANDO que o art. 201, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 11.690/2008, menciona que o ofendido deve ser comunicado, no endereço por ele indicado, dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem, admitindo-se, por opção daquele, a comunicação por meio eletrônico, com o objetivo de facilitar o acesso da vítima ao conhecimento de atos processuais de seu particular interesse;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), *visando cumprir sua missão institucional com maior eficiência, eficácia e efetividade, elaborou em 2010 o seu Plano Estratégico Institucional (PEI), intitulado “Gestão Estratégica MPMS – Planejando o futuro do MPE”, buscando alinhar os recursos disponíveis e o capital humano institucional aos objetivos estratégicos*²; e

CONSIDERANDO ainda que, em seu Plano Geral de Atuação, o MPMS tem apontado, há vários anos, como iniciativa estratégica do objetivo “Intensificar o Combate à Criminalidade”, na seara criminal, *fomentar, junto ao representante do Poder Judiciário, a cientificação da vítima acerca do oferecimento da denúncia e da sentença judicial como praxe processual*, o que ainda não vem sendo observado a contento pelos órgãos de execução,

RECOMENDAM aos membros do Ministério Público, resguardado o princípio institucional da independência funcional, sem caráter vinculativo, que:

¹ ANDREUCCI, Ricardo Antonio. A valorização da vítima no Processo Penal Brasileiro. *Estado de Direito*, 5 ago. 2014. Disponível em: <<http://estadodedireito.com.br/a-valorizacao-da-vitima-no-processo-penal-brasileiro>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

² MATO GROSSO DO SUL. Ministério Público Estadual *Plano Geral de Atuação 2019*. Campo Grande: MPMS, 2018, p. 14.

Art. 1º Adotem providências, no âmbito de suas Promotorias de Justiça, para que a vítima de infrações penais seja cientificada acerca do oferecimento da denúncia e da prolação de sentença, seja por meio dos recursos de comunicação disponíveis na própria Promotoria ou, se entenderem necessário, formulando o respectivo requerimento ao juízo, por ocasião do oferecimento da denúncia e da apresentação de memoriais.

Art. 2º Velem para que a autoridade policial registre nos autos o telefone e o endereço atualizado do ofendido, inclusive o eletrônico, visando agilizar a ciência da vítima.

Art. 3º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

NILZA GOMES DA SILVA
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 05/2019-ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, comunica que, referente ao Aviso nº 03/2019-ESMP-MS, publicado no DOMP nº 1.909, de 13 de fevereiro de 2019, que trata do preenchimento das 4 (quatro) vagas a título gratuito para o curso “Comunicação oral: como convencer e persuadir a audiência”, modalidade EaD, em razão de parceria estabelecida entre a ESMP-MS e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ESMP-SP, mediante acordo de cooperação, foi realizado sorteio dos inscritos no dia 21/2/2019, durante a abertura do workshop Media Training. O sorteio contemplou os seguintes membros: Aline Mendes Franco Lopes, Lucienne Reis D’Avila, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior e Ricardo Rotunno.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

AVISO Nº 06/2019-ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, comunica que, referente ao Aviso nº 04/2019-ESMP-MS, publicado no DOMP nº 1.909, de 13 de fevereiro de 2019, que trata do preenchimento das 4 (quatro) vagas a título gratuito para o curso “Organização de serviços na área da dependência química”, modalidade EaD, em razão de parceria estabelecida entre a ESMP-MS e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ESMP-SP, mediante acordo de cooperação, foram deferidas as inscrições dos membros: Lia Paim Lima, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior e Renata Ruth Fernandes Goya Marinho.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

AVISO Nº 042/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, TORNA PÚBLICA:

O INDEFERIMENTO DA ADMISSÃO do candidato THIAGO FERRONATTO, aprovado em 1º lugar no referido Processo Seletivo, do curso de Ensino Médio, da comarca de Coxim, por não poder cumprir o prazo mínimo de estágio, conforme prevê o art. 4º da Resolução nº 015/2010-PGJ, e no Capítulo I – Das Informações Gerais, item 7.3.3. do Edital nº001/2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018;

A DECADÊNCIA do direito de ser empossado dos candidatos GABRIEL BARBOSA DA SILVA, aprovado em 9º lugar para o curso de Administração, Nível Graduação, turno matutino para comarca de Campo Grande e EDENILSON BATISTA PEREIRA, aprovado em 10º lugar para o curso de Ensino Médio, da comarca de Dourados, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 035/2019-GED, publicado no DOMP nº 1894, de 23 de janeiro de 2019.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000022 DE 18.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0745/2019.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's, (item 1.2, lote 1); serviços de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado, (item 1.4, lote 1); e serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado, (item 2.4, lote 2).

Valor: R\$1.190,00 (um mil, cento e noventa reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000022 de 18.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000026 DE 20.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0745/2019.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenador de despesa: **Alexandre Magno B. Lacerda**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA, (item 1.1, lote 1); e aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA, (item 2.1, lote 2).

Valor: R\$4.460,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000026 de 20.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 069/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0440/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **MULTI GÁS LTDA ME**, neste ato representada por **Cleber Astigarrada Lima**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017. Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário de R\$68,00 (sessenta e oito reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã – MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$68,00 (sessenta e oito reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000454, de 31.01.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 075/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0433/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **MULTI GÁS LTDA ME**, neste ato representada por **Cleber Astigarrada Lima**

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017. Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$10,00 (dez reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$50,00 (cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000457, de 31.01.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CAARAPÓ****EDITAL 0002/2019/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000734-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Dionísio Ciceri e Lucilo Carlos Ciceri.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002591-7.

Caarapó-MS, 21 de fevereiro de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COXIM**EDITAL Nº 0009/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000644-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Cleodomar de Oliveira Marçal.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002715-9, entre o Ministério Público e o compromissário Cleodomar de Oliveira Marçal.

Coxim/MS, 21 de fevereiro de 2019

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0001/2019/02PJ/CXM

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002311-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição Federal determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a que Carta Magna prevê ainda sobre o direito à saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF, art. 196).

CONSIDERANDO que a Constituição ressalva também o direito à propriedade mas diz que ela deverá atender sua função social. Vejamos os citados preceitos: “Art. 5º. (...) (...) *omissis* XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;”

CONSIDERANDO o que dispõe o Código Civil, tratando do direito à propriedade e seu exercício, trazendo em seu "art. 1.228, § 1º, previsão no sentido do direito à propriedade ser exercido “de acordo com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas”;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público expedir Recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 27, parágrafo único, IV da Lei n. 8.625/93);

CONSIDERANDO o disposto no Código de Posturas do Município que traz norma prevendo o dever do proprietário de usar de forma socialmente responsável os terrenos particulares, determinando ser responsabilidade do proprietário a sua limpeza e manutenção, de forma a mantê-los livres de quaisquer materiais nocivos à saúde da vizinhança e coletividade. Vejamos, por oportuno, os citados artigos:

"Art. 117. Os proprietários de terrenos, edificados ou não, são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos estabelecidos pelo Município, bem como a mantê-los em perfeito estado de limpeza, e drenados.

§ 1º É proibido o uso de arame farpado para cercar terrenos, salvo nas áreas localizadas fora do perímetro urbano.

§ 2º Os terrenos onde funcionem depósitos de madeira, lenha e sucatas em geral deverão ser murados, na altura mínima de um metro e oitenta centímetros.

§ 3º A infração do disposto neste artigo acarreta multa de 10 (dez) a 30 (trinta) UFMs.

Art. 118. Os proprietários de terrenos, edificados ou não, localizados em logradouros que possuam meio-fio são obrigados a executar a pavimentação do passeio fronteiro aos seus imóveis, dentro dos padrões estabelecidos pelo Município, e a mantê-los em bom estado de conservação e limpeza.

§ 1º A declividade do passeio público não pode ser superior a três por cento, no sentido do alinhamento predial meio-fio, e deverão ser reservadas áreas para plantio de árvores, respeitando os elementos preexistentes, como postes de iluminação, telefones e semáforos.

§ 2º O material utilizado para a execução do passeio público deverá ser antiderrapante.

§ 3º É proibida a obstrução do passeio público por qualquer meio que impeça o transeunte do livre acesso.

§ 4º Ao executar o calçamento de que trata o caput, os proprietários de terrenos de esquina deverão fazer rampas de acesso para deficientes físicos, em ambos os lados da rua, conforme normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 5º A infração do disposto neste artigo acarreta multa de 10 (dez) a 20 (vinte) UFMs.

Art. 120. Compete à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Infra-estrutura fiscalizar a integral execução do disposto neste Capítulo. Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Gestão exercerá a fiscalização tributária."

CONSIDERANDO que de acordo com o referido Código de Posturas, "constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta Lei ou de outras leis, decretos ou regulamentos baixados pelo Poder Executivo Municipal no uso de suas atribuições" (art. 10).

CONSIDERANDO que a fiscalização de Posturas, no Município de Coxim, é exercida por meio de seus órgãos competentes, visando reprimir as atividades que contrariem as disposições da referida legislação municipal;

CONSIDERANDO que é de conhecimento deste órgão ministerial que a situação averiguada no presente Inquérito Civil não se restringe a apenas um bairro, mas em vários outros, localizados no perímetro urbano do município;

RECOMENDA: Ao Prefeito do Município de Coxim-MS, Senhor ALUÍZIO COMETKI SÃO JOSÉ, ao Secretário Municipal de Obras, ao Secretário de Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura, bem como a quem venha a lhes suceder ou substituir no respectivo cargo que dotem todas as medidas administrativas necessárias para:

1) NOTIFICAR, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os proprietários de lotes e/ou terrenos urbanos não edificadas, sub-utilizados ou não utilizados, que estejam com entulhos e/ou tomados pelo mato para que procedam à adequada limpeza, manutenção e conservação de seus imóveis, além da reparação e construção de muros, calçadas e passeios, sob pena de incorrer em multa prevista na legislação municipal. Deverão ser encaminhadas a esta Promotoria de Justiça cópias das notificações devidamente recebidas pelos proprietários dos imóveis referidos.

2) PROCEDER à limpeza das vias urbanas, do cemitério, prédios públicos, praças e terrenos públicos, velando pela adequada destinação do lixo recolhido, com base destacadamente, no que dispõem os artigos 23, inciso VI, 30, inciso V, 182 da Constituição Federal.

3) CASO as notificações expedidas, conforme recomendado no item 1, não sejam cumpridas no prazo determinado pelo agente municipal, deverá o MUNICÍPIO, conforme seu Poder de Polícia Administrativo, e por meio de suas respectivas Secretarias Municipais:

3.1) Promover diretamente, nos imóveis, lotes e terrenos urbanos, a limpeza e demais serviços necessários à saúde e segurança da população, aplicando aos proprietários a multa prevista no Código de Postura Municipal, (§3º, artigo 117 do Código de Posturas do Município de Coxim);

3.2) Ajuizar ações de obrigação de fazer contra todos os proprietários, obrigando-os a construir e/ou reparar muros e calçadas, bem como a realizar a limpeza dos imóveis, lotes e terrenos não edificadas, sub-utilizados ou não utilizados ;

3.3) Em caso de empecilho ou recalcitrância injustificada do morador/proprietário, encaminhar a documentação respectiva à autoridade policial, a fim de que seja lavrado o competente procedimento investigativo policial, em relação a todos os fatos eventualmente praticados pelos proprietários e/ou possuidores dos imóveis, e que se subsumam aos tipos penais previstos nos arts. 132, 268 e 330 do Código Penal.

REQUISITA-SE aos Recomendados a apresentação de RESPOSTA ESCRITA, sobre o acatamento da presente recomendação ou, fundamentadamente, os motivos de eventual recusa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, na forma do disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, e no artigo 45, parágrafo único, da Resolução n. 015/2007-PGJ/MS.

A presente Recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários, quanto às providências solicitadas, e poderá implicar a adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, em desfavor dos responsáveis inertes em face da violação dos dispositivos legais acima referidos, o qual pode inclusive caracterizar ato de improbidade administrativa, tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei n. 8.429/92. A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Nos termos do inciso IV do art. 27 da Lei n. 8.625/93, o Ministério Público REQUISITA ao Recomendado, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação desta Recomendação no meio de comunicação destinado à divulgação dos atos oficiais da Administração Pública Municipal.

DECORRIDO o prazo de 10 (dez) dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão. Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, à Câmara de Vereadores de Coxim/MS e também para publicação no DOMP/MS.

Coxim-MS, 20 de fevereiro de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 003/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000348-2

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Investigado: Fazenda Cristo Redentor (BRPec Agropecuária S/A)

Assunto: “Apurar irregularidades ambientais na Fazenda Cristo Redentor (BRPec Agropecuária S/A), em Miranda-MS, consistente na supressão de uma área de 9,909,07 hectares de área determinada como Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Miranda/MS, 21 de fevereiro de 2019.

CÍNTHIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

RECOMENDAÇÃO N. 0003/2019/01PJ/MUV³

Ref. Inquérito Civil n. 06.2018.00002031-1

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VISANDO SANAR IRREGULARIDADES NA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MUNDO NOVO, APÓS A SUSPENSÃO DE SUAS ATIVIDADES.

Exmo. Sr. Prefeito do Município de Mundo Novo-MS;
Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Saúde de Mundo Novo-MS;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público

³ Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), “em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil”.

do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 44 da Resolução PGJ n. 015/2007⁴:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *"Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social"*⁵;

CONSIDERANDO que *"em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito"*⁶;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público"*⁷, viabilizando, dessa maneira, a demonstração efusiva de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutive do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam"*⁸;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da *legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência*, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, segundo legislação juntada aos autos, a Fundação Hospitalar de Mundo Novo trata-se de *fundação pública de direito privado*, instituída após a edição da Lei autorizativa municipal (Lei n. 938/2014).

CONSIDERANDO que, sobre o tema, ensina Matheus Carvalho: *"Conforme definido no Decreto Lei 200/67, as fundações públicas poderão ser instituídas com personalidade jurídica de direito privado, para execução de atividades de interesse social. Ressalte-se que não se confundem com as fundações privadas, haja vista serem formadas pela destinação de patrimônio público, indicados para sua formação. Com efeito, por serem criadas mediante a destinação de patrimônio estatal, essas entidades são designadas com fundações governamentais de direito privado. (...) Neste contexto, costuma-se especificar que o direito privado – que é a natureza destas entidades – será derogado por normas imperativas de direito público, ensejando a submissão destes entes a um regime híbrido ou misto."* (CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo, 2016, pp. 200-201).

CONSIDERANDO que, da mesma forma que a fundação pública de direito privado é criada após lei autorizativa, sua extinção também somente pode ser procedida após autorização legislativa; nesse diapasão, professora José dos Santos Carvalho Filho: *"A extinção das fundações públicas decorre também de lei, como ocorre com as demais pessoas administrativas. Mas, retornando à distinção, a lei autorizará a extinção de fundações de direito privado e ela mesma extinguirá as de direito público, nesta última hipótese tal como sucede com as autarquias."* (FILHO, José dos

⁴ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

⁵ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

⁶ MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

⁷ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

⁸ GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.

Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, 2014, p. 531).

CONSIDERANDO que, *in casu*, ao que se constata, ainda não houve a extinção da fundação, estando pendente tomada de contas perante o Tribunal de Contas Estadual e a municipalidade, e os seus bens, ao que se tem até então, estão sendo destinados a órgãos públicos e a hospital (pessoa jurídica de direito privado), sem as formalidades exigidas à espécie;

CONSIDERANDO que, no bojo do presente inquérito civil, constatou-se que, com as suspensão das atividades da Fundação Hospitalar de Mundo Novo (FHMN), sua gestão passou a ser realizada pelo Secretário Municipal de Saúde, lastreando o Município que sua atuação está sustentada pelo Decreto n. 2445/2014, que aprova o estatuto da Fundação;

CONSIDERANDO que os bens pertencentes à fundação, segundo resposta encaminhada pelo Município, foram destinados a unidades municipais públicas da saúde e à Sociedade Beneficente Hospital Bezerra de Menezes, que presta serviços à municipalidade;

CONSIDERANDO que, entretanto, a disposição do art. 2.º do Decreto n. 2445/2014 trata do início, isto é, da instalação e funcionamento da fundação, e não da suspensão de suas atividades e posterior extinção; isto é, não dá ao Secretário de Saúde o aval para destinar, após a suspensão das atividades da Fundação, os bens, sem as formalidades legais ligadas à espécie, sobretudo porque são eles, em realidade, públicos (com a extinção definitiva da Fundação, serão incorporados ao patrimônio do Município - art. 25 da Lei n. 938/2014);

CONSIDERANDO que, ao que foi informado, parte dos bens móveis da fundação foram destinados temporariamente ao Hospital Bezerra Menezes, pessoa jurídica de direito privado, que presta serviços de saúde mediante convênio com o Município;

CONSIDERANDO que, pelo que consta, não foi formalizada tal destinação dos bens (que são de natureza pública) ao mencionado hospital (pessoa jurídica de direito privado), seja mediante *concessão de uso*, seja mediante *permissão de uso*;

CONSIDERANDO, ainda, que também não consta *termo de cessão de uso* referentes aos bens destinados a outros órgãos públicos municipais, em que constem as condições do uso, de modo a evidenciar eventual responsabilidade em caso de não preservação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que também existe aparelho de RAIO X, de alto valor, sem utilização até então, o que, como cediço, em razão do decurso do tempo, somado ao desuso (além de eventual manejo inadequado), pode gerar grandes prejuízos ao erário e à população, sendo que esta se vê privada de fazer uso de tal instrumento tão importante para a prevenção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO que eventual enriquecimento ilícito, dano ao erário e/ou violação aos princípios da Administração Pública podem ensejar a responsabilização do agente público e do particular por ato de improbidade administrativa, conforme preconizam os artigos 09, 10 e 11 da Lei 8.429/92;

Resolve RECOMENDAR ao Exmo. Sr. Prefeito de Mundo Novo-MS e ao Secretário Municipal de Saúde de Mundo Novo-MS, que, *sem prejuízo de eventuais providências determinadas no bojo do processo em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul*, que, no prazo de trinta dias:

1) adotem as providências necessárias a fim de que seja formalizada, de acordo com as exigências legais e atendendo-se ao interesse público, a destinação temporária dos bens da Fundação Hospitalar de Mundo Novo-MS que atualmente estão sendo utilizados pelo Hospital Bezerra Menezes;

2) sejam formalizados termos de *cessão de uso* no toca aos bens da Fundação Hospitalar de Mundo Novo destinados temporariamente a órgãos públicos municipais, em que constem, dentre outras informações e dados relevantes, as *condições do uso, localização, número do patrimônio e responsabilidade pela boa conservação e restituição do (s) bem (s)*;

3) adotem as providências cabíveis a fim de dar destinação adequada, obedecendo aos comandos legais ligados

à espécie, ao aparelho raio-X ultramoderno, pertencente à Fundação Hospitalar de Mundo Novo-MS, que está inutilizado, operacionalizando-se medidas que visem ao interesse público;

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis, inclusive eventual propositura de Ação Civil Pública.

Cientifique o Prefeito Municipal e o Secretário de Saúde para que informem, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente Recomendação:

I. Ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

III. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Mundo Novo, 21 de fevereiro de 2019.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

NAVIRAÍ

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2019

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Naviraí/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração de ilegalidade no pagamento de diárias a diversos servidores públicos municipais, constatada nos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002908-0, expede a seguinte

RECOMENDAÇÃO

ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo;
e ao Controlador Municipal, Sr. Heatclif Horing;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”⁹;

CONSIDERANDO que, nos termos da doutrina jurídica nacional, a recomendação administrativa “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”¹⁰, viabilizando, dessa maneira, na hipótese de descumprimento, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado ou de ação própria visando a imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, nos autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00002908-0, após análise de inúmeros procedimentos administrativo-financeiros de liquidação de notas de empenho emitidos para o pagamento de diárias a servidores públicos, notadamente aqueles que nos anos de 2014 e 2015, exerciam as funções de motorista no Hospital Municipal de Naviraí restou apurada a ocorrência de inúmeras ilegalidades no pagamento de diárias a diversos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que tais irregularidades restaram exaustivamente descritas no Relatório de Análise nº 006/2017 (em anexo), e que dizem respeito, em suma, ao pagamento de diárias sem lastro em documentos comprobatórios dos serviços prestados (relatórios de viagens e requerimento de diárias), pagamento de diárias com lastro em relatórios de viagens de outros servidores públicos, dentre outras;

CONSIDERANDO que tais irregularidades se referem à hipótese de enriquecimento ilícito de servidores públicos municipais, em detrimento do erário público municipal;

CONSIDERANDO que à Administração Pública é imposto o dever de zelar pela coisa pública de modo não só a evitar o enriquecimento ilícito, mas também danos ao erário público, o que é decorrência do princípio da legalidade, dentre outros;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 043/2003, “*as reposições por pagamentos indevidos e as indenizações por prejuízo ao erário, serão previamente comunicadas ao servidor público e descontadas da sua remuneração em parcelas mensais*”.

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, mesmo nos processos administrativos, dada a vigência da norma prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que as irregularidades noticiadas no Relatório de Análise nº 006/2017 foram constatadas após análise de empenhos selecionados por mera amostragem, sendo que a natureza e a quantidade de ilícitos nele apontados evidenciam que os ilícitos são fruto de práticas administrativas que estão a favorecer a ocorrência de tais fatos, o que demanda a adoção de medidas administrativas que aperfeiçoem o controle dos pagamentos de verbas aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que as irregularidades noticiadas no Relatório de Análise nº 006/2017 foram constatadas após análise de empenhos selecionados por mera amostragem, sendo que a natureza e a quantidade de ilícitos nele apontados também evidenciam a necessidade de se empreender esforços no sentido de revisar todos os demais procedimentos administrativo-financeiros de liquidação de empenhos emitidos para o pagamento de diárias, haja vista ser muito provável que irregularidades de idêntica natureza tenham sido constatadas em outras situações;

⁹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

¹⁰ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal, dentre outros, é dotada do poder de autotutela de seus próprios atos administrativos, de modo que, segundo os ensinamentos de Fernanda Marinela, *“a Administração Pública pode controlar os seus próprios atos, seja para anulá-los, quando ilegais, ou revoga-los, quando inconvenientes ou inoportunos, independente de revisão pelo Poder Judiciário”*. (Direito Administrativo, Editora Impetus, 2013, p. 63).

CONSIDERANDO o entendimento jurisprudencial consolidada na Súmula 346 do STF, que dispõe *“A Administração Pública pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos”*;

CONSIDERANDO o entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula 473 do STF, que dispõe: *“A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”*;

RECOMENDA ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo que se adote providências administrativas necessárias no sentido de determinar a instauração de sindicâncias tendentes a apurar as irregularidades noticiadas no Relatório de Análise nº 006/2017, objetivando não só a imposição de sanções administrativas aos servidores públicos responsáveis pela ilegalidade e/ou aqueles que dela se beneficiaram, mas também a restituição dos valores pagos indevidamente aos cofres públicos do Município de Naviraí.

RECOMENDA ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo e ao Controlador Municipal, Sr. Heatclif Horing, que empreendam esforços no sentido de implementar procedimentos de verificação da legalidade de todos os procedimentos administrativo-financeiros de liquidação de empenhos emitidos para o pagamento de diárias, a partir dos indícios elencados no Relatório de Análise nº 006/2017, objetivando identificar casos análogos de irregularidades no pagamento de diárias, bem como adote as providências necessárias à punição dos envolvidos e reparação dos danos ao erário público;

RECOMENDA ao Prefeito do Município de Naviraí/MS, Excelentíssimo Senhor José Izauri de Macedo e ao Controlador Municipal, Sr. Heatclif Horing, que empreendam esforços no sentido de implementar mecanismos mais eficientes de controle da legalidade do pagamento de diárias a servidores públicos municipais.

SOLICITA-SE que esta Promotoria de Justiça seja informada, no prazo de 20 (vinte) dias, acerca das providências tomadas relativamente ao que ora se recomenda.

ADVERTE-SE que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para solução da irregularidade e para a eventual responsabilização pessoal.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

Naviraí, 19 de fevereiro de 2019.

DANIEL PÍVARO STADNIKY
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANASTÁCIO

EDITAL N. 0001/2019/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2017.00000804-7, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2017.00000804-7;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Marcos Rondon Vaz de Melo

Assunto: apurar ato de improbidade administrativa supostamente praticado pelo médico do Hospital de Anastácio Marcos Rondon Vaz de Melo, que teria recusado atendimento à idosa Maria Francisca Paiva Maidana, de 97 anos;

Anastácio, 20 de fevereiro de 2019.

MATEUS SLEIMAN CASTRIANI QUIRINO

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 0002/2019/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2018.00002201-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via Internet, no endereço <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil N. 06.2018.00002201-0;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Anastácio;

Assunto: Apurar a ocorrência de possível ilegalidade na cobrança da taxa de coleta de lixo pelo Município de Anastácio.

Anastácio, em 20 de fevereiro de 2019.

MATEUS SLEIMAN CASTRIANI QUIRINO

Promotor de Justiça.

ANAURILÂNDIA

EDITAL Nº 0002/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS - telefone (67) 3445-1393.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>

Inquérito Civil nº 06.2019.00000298-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança e Município de Anaurilândia.

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos repasses públicos oriundos do Município de Anaurilândia para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança.

Anaurilândia/MS, 20 de fevereiro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0003/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000287-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Delucia Dias Duarte de Souza.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento irregular de árvores nativas na propriedade rural denominada Estância São José, de propriedade da Sra. Delúcia Dias Duarte Souza, localizada na Rod. MS-276, km 47, nesta cidade e Comarca de Anaurilândia..

Anaurilândia/MS, 21 de fevereiro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0004/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000315-0.

Requerente: Dorlekson Neves de Barros.

Requerido (s): Arthur Barbosa Cascudo Rodrigues.

Assunto: Apurar suposto procedimento irregular na abordagem do fiscal Arthur Barbosa Cascudo Rodrigues, consistente na recusa de fornecimento do laudo de vistoria e violação da carga, ocorrida no dia 12/02/2019.

Anaurilândia/MS, 21 de fevereiro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0005/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000342-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido (s): CESP - Companhia Energética de São Paulo.

Assunto: Apurar notícia de dano ambiental pelo assoreamento na propriedade rural denominada "Fazenda Mutum" em decorrência da inexistência de barragem de contenção nas margens com o Lago da UHE Sérgio Motta (Rio Paraná).

Anaurilândia/MS, 21 de fevereiro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0002/2019/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00000336-0

Requerente: Ministério Público Estadual, Pamela Cristina Souza de Lima, Maia de Fátima Barbosa de Oliveira Santo e Ana Marilza Rosendo.

Requerido: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de professores temporários pelo município de Glória de Dourados em detrimento da realização de concurso público.

Glória de Dourados/MS, 21 de fevereiro de 2019.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça

NIOAQUE

EDITAL N° 06.2019.00000329-3

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, comarca de Nioaque.

Inquérito Civil N° 06.2019.00000329-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Verificar possível degradação ambiental no imóvel denominado Fazenda Santa Maria, de propriedade da Sra. Lidianie Nolasco Basso

Nioaque, 22 de fevereiro de 2019.

MARIANA SLEIMAN
Promotora de Justiça

SETE QUEDAS

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N° 006/2017

Inquérito Civil 06.2018.00001417-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 132, inciso III, da Constituição Estadual; artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b” da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994; artigo 44 da Resolução nº 015/2007 - PGJ/MS, de 27 de novembro 2007; e da Resolução n. 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público,

CONSIDERANDO a natureza constitucional do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses

sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, caput, da Constituição Federal, bem como dos princípios norteadores de toda a Administração Pública, notadamente os previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência constitucional e legal do Ministério Público na proteção do patrimônio público e social, adotando, para tanto, todas as medidas cabíveis;

CONSIDERANDO os princípios expressos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, de observância obrigatória para toda a Administração Pública, os quais impõem ao agente público o respeito à legalidade, à moralidade, à impessoalidade, à publicidade e à eficiência;

CONSIDERANDO que a contratação de profissionais de advocacia sem vínculo estatutário ou empregatício com a entidade pública deve ocorrer, prioritariamente, via processo licitatório (Lei n. 8.666/93);

CONSIDERANDO que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já assentou que a "contratação direta de escritório de advocacia, sem licitação, deve observar os seguintes parâmetros: a) existência de procedimento administrativo formal; b) notória especialização profissional; c) natureza singular do serviço; d) demonstração da inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e) cobrança de preço compatível com o praticado pelo mercado;"¹;

CONSIDERANDO que, acerca dos conceitos de "notória especialização" e "natureza singular do serviço", o Supremo Tribunal Federal decidiu que: "A natureza singular refere-se ao objeto do contrato, ao serviço a ser prestado, que deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Não basta, portanto, que o profissional seja dotado de notória especialização, exigindo-se, igualmente, que a atividade envolva complexidades que tornem necessária a peculiar expertise. É essa nota de diferenciação que torna inviável a competição, mesmo entre prestadores qualificados, dada a necessidade de um elo de especial confiança na atuação do profissional selecionado."²

CONSIDERANDO que há serviços que podem ser considerados técnicos de determinado ramo do conhecimento humano, mas, nesse mesmo ramo, constituem atividades comuns, corriqueiras, sem complexidade incomum e, nesse sentido, nem todo serviço jurídico é necessariamente de natureza singular para efeito de inexigibilidade de licitação;

CONSIDERANDO que a contratação direta de serviços de advocacia, fora dos limites legais, fere o dever do administrador de agir na estrita legalidade e moralidade, além de potencial para causar prejuízo ao erário, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça³;

CONSIDERANDO que o objeto contratado é a "(...) prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para fins de assessoramento jurídico na condução de processos licitatórios, mediante a emissão de pareceres escritos ou verbais; orientação jurídica no que se refere aos princípios constitucionais da administração (...)", dentre outros, a denotar o caráter perene e ordinário dos serviços e não a excepcionalidade que é traço da contratação direta;

CONSIDERANDO que a instrução do inquérito civil revelou que o cargo de Procurador do Município se dá mediante concurso público e também através de cargo de provimento em comissão, para o desempenho de atribuições muito semelhantes ao objeto do contrato objeto deste feito (Ofício GP 322/2018, de 16.8.2018, da Prefeitura Municipal de Paranhos e Lei Complementar Municipal n. 558/2015, de 10 de novembro de 2015 – fls. 144);

CONSIDERANDO o trâmite do inquérito civil registrado sob o n. 06.2017.00001031-0, no bojo do qual foi constatado que WILSON DO PRADO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA participou da contratação direta, no município de Bandeirantes-MS, sagrando-se vencedora e celebrando contrato administrativo nº 026/2017;

CONSIDERANDO que, no neste Inquérito Civil foi realizado o Pregão Presencial para a contratação dos serviços advocatícios, conforme contrato de fls. 111/120;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 1º da Lei n. 10.520/2002, o pregão destina-se à aquisição de bens e serviços comuns e que, à toda evidência, o mesmo serviço prestado a dois municípios não pode, a um só tempo, ser técnico de natureza singular (a justificar a inexigibilidade de licitação) e comum (a autorizar o pregão);

CONSIDERANDO as lições de Marçal Justen Filho, para quem "É necessário ressaltar que a opção preferencial da Administração Pública deve ser a execução direta dos serviços advocatícios. É relevante a manutenção de quadro próprio de advogados, que desempenhe atuação permanente e contínua, em favor da Administração Pública."4;

CONSIDERANDO que, a Administração Municipal de Paranhos possui advogada em seus quadros (fls. 30);

CONSIDERANDO que a causídica foi cedida ao Estado do Mato Grosso do Sul, na Secretária de Estado e Gestão Estratégica, até 31/12/2018, conforme fls. 31/32;

CONSIDERANDO que a advogada encontra-se de licença para tratamento particular até a data de 22/05/2019, conforme fls. 33/34;

CONSIDERANDO que o contrato administrativo nº 075/2017 foi prorrogado até o dia 01/06/2019, conforme fls. 172/179;

CONSIDERANDO que anulação imediata do contrato administrativo 075/2017 pode causar prejuízo ao Município de Paranhos, diante da falta de assessoramento jurídico (em razão da licença da causídica pertencentes aos quadros da Administração até 22/05/2019);

CONSIDERANDO ser a recomendação o instrumento ministerial destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como à proteção dos demais interesses difusos e coletivos, direitos e bens públicos indisponíveis ou de interesse social;

CONSIDERANDO, por fim, a Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal5;

RECOMENDA ao Município de Paranhos/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, DIRCEU BETTONI, que, em observância aos princípios e dispositivos constitucionais e legais citados:

1. Não renove o contrato administrativo celebrado entre o Município de Paranhos/MS e a WILSON DO PRADO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;

2. Reintegrar em seus quadros funcionais, ao término da licença, a advogada pertencente ao corpo jurídico de Prefeitura de Paranhos/MS, ainda que esteja cedida a órgão distinto da Municipalidade;

3. adote medidas administrativas necessárias para a realização de concurso público para provimento do cargo de Procurador Municipal, nos termos Lei Complementar n. 558/2015, no prazo de 30 dias, com remuneração condizente com os cargos de advogado;

Fixa-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para que sejam adotadas as providências cabíveis e comunicadas a esta Promotoria de Justiça, com cópia dos respectivos documentos comprobatórios, além da adequada e imediata divulgação desta recomendação nos veículos oficiais de imprensa do Município de Paranhos/MS (artigo 45 da Resolução 15/2007-PGJ/MS).

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas judiciais cabíveis para a solução de irregularidades, bem como para a responsabilização pessoal dos agentes públicos.

Encaminhe-se cópia ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paranhos/MS e ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito desta Comarca, para conhecimento.

Publique-se no DOMP.

Sete Quedas - MS, 12 de fevereiro de 2019.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça